



L&E COMERCIO ATACADISTA LTDA

CNPJ/MF nº 06.915.456/0001-68

Rua Edgar Linhares, nº 121 – Bairro Nova Esperança

CEP 88.336-210

Balneário Camboriú/SC

Telefone/Fax: (47) 3360-8485 – 3366-6413

E-mail: icitacao1@lecomercioatacadista.com.br

ILUSTRÍSSIMA PREGOEIRA OFICIAL DA PREFEITURA DE ITAPOÁ SRA LAYRA DE OLIVEIRA

LE COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI, CNPJ nº 06.915.456/0001-68, com sede na Rua Edgar Linhares, nº 770 – Bairro Nova Esperança, Balneário Camboriú/SC, neste ato representado por seu sócio administrador Ricardo Luiz Alves, brasileiro, casado, empresário, RG nº 4155330, CPF nº 040202799-00, residente e domiciliado no endereço Rua Edgar Linhares, nº 770 – Bairro Nova Esperança, Balneário Camboriú/SC, vem respeitosamente interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, em virtude de julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO nº 023/2022 REGISTRO DE PREÇO 15/2022, PROCESSO 40/2022, pelos fatos e fundamentos abaixo elencados:

PRELIMINAR

Conforme registrado a manifestação de recurso ao final da etapa de lances da sessão de classificação, em conformidade com o artigo 4º, inciso XIII da Lei nº 10.520/2002, e ainda de acordo com o item 12 do Edital.

RELATO DOS FATOS

No dia 25 de maio de 2022, por meio do portal eletrônico – PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, foi iniciado o Pregão nº 23/2022, sendo que às 08:41 horas reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Após a fase de lances dos Lotes, depois de declarado vencedor a empresa BRINGHENTTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNP 00.964.245/0001- 39 do Lote 5, em específico aos itens 5.1, **AÇÚCAR DEMERARA ORGÂNICO**, embalado em pacotes de 1 kg. Deve apresentar-se isento de substâncias estranhas e/ou nocivas. Com prazo mínimo de seis meses a contar da data de entrega. Embalados em plástico atóxico e termosselado. Embalagem declarando a marca, nome e endereço do empacotador, prazo de validade, número de registro no órgão competente. Embalagem primária deve ser transparente e incolor. E 5.16 **Chocolate em pó 32% cacau enriquecido com vitaminas e minerais**. Ingredientes: Açúcar orgânico, cacau em pó solúvel, minerais (cálcio, ferro e zinco), vitaminas (C,B3,B2,B6,B1 e A). Não deve conter sal, conservantes ou outros aditivos. Deve conter no mínimo 600mg de cálcio em 20g de chocolate em pó 32% cacau. Embalagem aluminizada **contendo 1kg do produto** com rotulagem completa de acordo com a legislação vigente impressa na embalagem. Não deve conter etiqueta sobreposta. Rendimento de dez litros.

Desta feita, ao observar as marcas dos produtos cotadas pela empresa vencedora, e outras marcas de empresas também classificas, marcas essas que também vamos sitar nesse processo, que não cumpri os requisitos exigidos quanto ao 5.1 “ORGANICO” E 5.16 aos ingredientes, principalmente ao quesito de “açúcar orgânico”.



L&E COMERCIO ATACADISTA LTDA

CNPJ/MF nº 06.915.456/0001-68

Rua Edgar Linhares, nº 121 – Bairro Nova Esperança

CEP 88.336-210

Balneário Camboriú/SC

Telefone/Fax: (47) 3360-8485 – 3366-6413

E-mail: icitacao1@lecomercioatacadista.com.br

Para melhor esclarecer os fatos serão trazidas todas as informações:

A EMPRESA BRINGHENTTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNP 00.964.245/0001- 39, cotou para o item 5.1 “açúcar demerara orgânico” a Marca “União”, assim como outra empresa cotou a mesma marca nesse item.

Ocorre que a marca “União”, em consulta do Site Oficial do Fabricante o produto não consta como “Orgânico”, o Fabricante até tem itens “Orgânicos” no Site, mas em específico o solicitado pelos senhores no Edital não. Como pode ser visto no site: https://uniao.com.br/produtos/409001336_uniao_demerara_naturale a embalagem que aparece não mostra o Selo de “Produto Orgânico Brasil”, Selo este que valida o produto como “Orgânico”. Para esse mesmo item não encontramos no Site também da marca “Alto Alegre” o produto solicitado no Edital, <https://www.altoalegre.com.br/produtos/acucar-demerara/> . Cotado pela empresa GT Distribuidora.

Outro item, o 5.16 **Chocolate em pó 32% cacau**, cotado pela empresa vencedora da marca “CHOCO FORT” em consulta ao Site oficial do fabricante CACAU FOODS apresenta o produto como “ACHOCOLATADO” e não “CHOCOLATE ME PÓ 32% CACAU” conforme solicitado no edital, conforme podemos verificar na pagina <https://cacaufoods.com.br/achocolatado/achocolatado-chocoforte-sachet-1005kg/> o qual difere também nos ingrediente solicitados no Edital pois nessa mesma pagina o mesmo apresenta como ingredientes: “Açúcar, cacau em pó, Maltodextrina (Bacillus Thuringiensis, Streptomyces Viridochromogenes, Agrobacterium Tumefaciens e Zea Mays), vitaminas (A, B1, B2, B5, B6, B9 e D), emulsificante lecitina de soja, sal e aromatizante. **Não contém glúten. Alérgicos: contém derivados de soja.**” Não contendo por exemplo o “açúcar orgânico” como exigido no Edital. Já a marca “Apti” apresentada para o item por alguns fornecedores não possui/fabrica o item conforme e-mail do próprio fabricante em anexo:

Bom dia,

Não possuímos o chocolate 32%.

Apenas 50%, 100% e o tradicional que é abaixo de 32%.

Att,

Camila Sgarbossa
Comercial

+55 49 3361.5755
Ramal **5711**

apti.com.br @alimentosapti Indústria 100% Brasileira.

O que já desclassifica essa marca para esse item também.

Por isso em busca de atender ao solicitado no descritivo dos senhores, que a marca oferecida no Pregão deve conter os componentes exigidos no descritivo dos itens é que cotamos a marca para o item 5.1 “açúcar demerara orgânico” da NATIVE , <https://www.nativealimentos.com.br/produtos/acucares/acucar-demerara-organico->



L&E COMERCIO ATACADISTA LTDA

CNPJ/MF nº 06.915.456/0001-68

Rua Edgar Linhares, nº 121 – Bairro Nova Esperança

CEP 88.336-210

Balneário Camboriú/SC

Telefone/Fax: (47) 3360-8485 – 3366-6413

E-mail: icitacao1@lecomercioatacadista.com.br

[native](#) e para o item 5.16 “chocolate em po 32% cacau” da marca BIOLAC, qual segue ficha técnica em anexo.

Desta feita resta evidente que a empresa BRINGHENTTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNP 00.964.245/0001- 39, não atendeu os requisitos exigidos no item, por conseguinte no edital, tendo que ser desclassificada do item, por não atender as exigências editalícias.

Assim deixa a empresa licitante acima nominada de atender os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade.

(...)observância estrita dos termos de edital, que não dá ensejo á admissão de critérios outros, mesmo que mais vantajoso à administração”. (RJTJESP 103/57)

Os princípios que norteiam o certame licitatório, entre eles o da razoabilidade, e principalmente o PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Com o objetivo de atender ao que dispõe a Constituição Federal, a Administração Pública deve buscar a atender ao PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

No que se refere aos ensinamentos doutrinários decorrentes das disposições contidas na vigente acerca de procedimentos licitatórios, ao tratar da questão inerente à quando da adoção dos regramentos regedores do processo concorrencial, trazemos à análise desse respeitável Pregoeiro a inatacável lição doutrinária de José Torres Pereira Júnior:

“É na determinação do conteúdo jurídico da isonomia, no dia-a-dia das licitações e contratações públicas, que surgirão as questões que o art. 3º ajudará a resolver. Ilustre-se com a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, também explicitado no art.3º.”

Nessa perspectiva Marçal Justen Filho trata a respeito da exaustão da discricionariedade, onde demonstra que a limitações quanto as exigências requeridas, destaca:

“(...) Assim, quando se define o objeto a ser licitado, está se condicionando o conteúdo do edital. O conteúdo do edital restringe as possibilidades dos concorrentes e delimita as propostas que serão apreciadas etc. Daí aludir-se ao princípio da vinculação ao edital, para indicar o exaurimento da competência discricionária. (...)”

Assim Maria Sylvia Zanella Di Pietro destaca de forma contundente a atuação da autoridade administrativa:

“Finalidade é o resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato. Em sentido amplo, a finalidade sempre corresponde à consecução de um resultado de interesse público; nesse sentido, se diz que o ato administrativo tem que ter sempre a finalidade pública. Em sentido restrito, finalidade é o resultado específico que cada ato deve produzir, conforme definido em lei; nesse sentido se diz que a finalidade do ato administrativo é sempre a que decorre explícita ou implicitamente da lei. É o legislador que define a finalidade que o ato deve alcançar, não havendo liberdade de opção para autoridade administrativa... Seja infringida a finalidade legal do ato (em sentido estrito), seja desatendido o seu fim de interesse público (sentido amplo), o ato será ilegal, por desvio de poder”.

Os ensinamentos acima expostos são por demais suficientes para aliados à disposição contida no artigo 3º da Lei de Licitações, no sentido de que o caráter vinculado do julgamento no certame, não podendo o respeitável Pregoeiro, adotar



L&E COMERCIO ATACADISTA LTDA

CNPJ/MF nº 06.915.456/0001-68

Rua Edgar Linhares, nº 121 – Bairro Nova Esperança

CEP 88.336-210

Balneário Camboriú/SC

Telefone/Fax: (47) 3360-8485 – 3366-6413

E-mail: icitacao1@lecomercioatacadista.com.br

critérios diferenciados de exigibilidade pautados, exclusivamente, em entendimentos subjetivos quantos à documentação apresentada pelos licitantes. Obrigatório é a análise restritiva e objetiva das informações contidas nos documentos apresentados.

Dando respaldo a esse poder de cautela, os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos da lei de licitações, além das sanções próprias administrativas previstas, "sujeitam-se à responsabilidade civil e criminal".

Acrescente-se, por adequado, que restrições indevidas e preferências injustificáveis podem ser enquadradas criminalmente no artigo 337-F da Nova Lei de Licitações (frustrar ou fraudar, com intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo da licitação. Pena de Reclusão 4 a 8 anos, e multa).

Em reiteradas decisões, o Tribunal de Contas da União estabeleceu diretrizes no sentido de se evitar a restrição da competitividade em certames licitatórios, devendo a Administração assegurar oportunidade igual a todos os interessados.

DO PEDIDO

Diante todo o exposto, requeremos que não seja acatado e aceito a proposta apresentada pela empresa BRINGHENTTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 00.964.245/0001- 39, e das outras empresas que cotaram marcas apresentadas acima em virtude de não atenderem os requisitos do edital e assim sendo desclassificada do lote 05. Desta forma declarando como vencedora do lote a empresa LE COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI, CNPJ nº 06.915.456/0001-68 por apresentarmos todos os requisitos necessário e indispensável para a contratação junto à Administração. Sabendo que, a Administração atua com ponderação pelos Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, solicitamos deferimento ao nosso pedido.

Balneário Camboriú/SC, 08/06/2022

RICARDO LUIZ ALVES

LE COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI

CNPJ nº 06.915.456/00 01-68